



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL**  
CEP: 35.986-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 0233/2020**, de 20 de Agosto de 2020

**“DISPÕE SOBRE A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL AO PLANO MINAS CONSCIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL**, no uso de atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** que em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública Internacional para o novo coronavírus – COVID 19 (2019-nCoV);

**CONSIDERANDO** que em 06 de fevereiro de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

**CONSIDERANDO** que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou que a rápida contaminação do novo coronavírus (Covid-19) pelo mundo já se configurava uma pandemia;

**CONSIDERANDO** que foi publicada a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979/20;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual com numeração especial nº 113, de 12 de março de 2020, "Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020";

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a declaração de situação de emergência no âmbito do Município em decorrência da pandemia da COVID-19;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020 que "Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19)" no Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública de importância internacional decorrente da COVID-19;

**CONSIDERANDO** a deliberação nº 17 de 22 de março de 2020 do Comitê Extraordinário COVID-19 dispôs sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da COVID-19;

**CONSIDERANDO** a Resolução da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais nº 5.529 de 25 de março de 2020 que "Reconhece o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus" no âmbito do Estado de Minas Gerais;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

CEP: 35.986-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 47.896, de 25 de março de 2020, que institui o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN COVID-19;

## **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica determinado que o Município de São José do Goiabal seguirá as diretrizes estaduais do Plano Minas Consciente, criado pela Deliberação do Comitê Extraordinário nº 39, de 29 de abril de 2020, para a retomada das atividades econômicas.

**Art. 2º**- Competirá ao Município de São José do Goiabal, por intermédio do Poder Executivo Municipal:

- I – o respeito e o cumprimento das diretrizes do Plano Minas Consciente;
- II – a fiscalização dos estabelecimentos no âmbito municipal a ser realizado pelo Poder Executivo Municipal;
- III – observação e divulgação de eventuais alterações, atualizações e suspensões no Plano Minas Consciente;
- IV – acompanhar o cenário epidemiológico e assistencial da COVID-19 analisados pela Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 3º** - São deveres do cidadão, do empresário individual, da sociedade empresária ou simples e dos demais setores econômicos da agropecuária, indústria, comércio e serviços respeitar as seguintes condições para retomar a atividade comercial:

- I – estar ciente das condições e diretrizes do Plano Minas Consciente;
- II – implementar e manter todos os procedimentos e protocolos gerais e específicos aplicáveis ao estabelecimento;
- III – garantir as regras de postura pelos clientes e pelos empregados ou similares dentro de seu estabelecimento;
- IV – manter fixado na entrada do estabelecimento, de forma visível e legível, a relação de procedimentos previstos no protocolo respectivo ao seu segmento ou atividade.

**Art. 4º** - Qualquer alteração de protocolo será amplamente divulgada pelos meios oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal, além da publicidade dada pelo site oficial do Plano Minas Consciente.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Saúde será responsável por:

- I - monitorar os indicadores epidemiológicos e a capacidade assistencial de saúde do Município;
- II - orientar a manutenção do processo de retomada das atividades econômicas, podendo determinar, quando for o caso, nova suspensão das respectivas atividades ou recuo das medidas.
- III - participar de reunião do Comitê Macrorregional ou Comissão Intergestores Bipartite microrregional, quando convocada, para avaliação e monitoramento do andamento do Plano Minas Consciente.

**Art. 6º**- Na execução do Plano Minas Consciente, deverão ser observados os protocolos sanitários de exercício das atividades econômicas disponível no endereço eletrônico <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/empresarios>.

**Art. 7º** - As atividades econômicas observarão as respectivas classificações (CNAE) de enquadramento de ondas constantes do Plano Minas Consciente disponível em: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/empresarios>;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

CEP: 35.986-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**Parágrafo Único:** Descrição das Ondas do Plano Minas Consciente:

- I - Onda vermelha: Serviços essenciais (maior restrição de atividade socioeconômica);
- II - Onda amarela: Serviços não-essenciais (média restrição de atividade socioeconômica);
- III - Onda verde: Serviços não-essenciais com maior risco (menor restrição de atividade socioeconômica)

**Art. 8º-**Nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n° 45, de 13 de maio 2020, o Município de São José do Goiabal observará a progressão de fase estabelecida pelo referido Comitê Extraordinário e observado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.

**§1º** - Nos termos do art. 1º, III, da Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n°39, de 29 de abril de 2020 c/c o parágrafo único do art.1º da Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n° 45, de 13 de maio de 2020, a reclassificação da progressão de fase definida pelo Comitê Extraordinário COVID-19 será revista semanalmente.

**§2º.** O Município de São José do Goiabal observará atualmente o enquadramento na "*Onda Amarela: serviços não essenciais (média restrição de atividade socioeconômica)*", na forma da Deliberação n°79/2020/Comitê Extraordinário COVID-19, sem embargo da possibilidade de futura e eventualmente enquadrar-se noutras ondas, dentre aquelas arroladas no parágrafo único do art. 7º deste Decreto.

**Art. 9º-**Enquanto durar a situação de emergência em saúde pública decorrente da COVID-19, o funcionamento das atividades econômicas do grupo CNAE - 56.1 - Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas (restaurantes, bares, lanchonetes, *trailers* e similares, conforme Plano Minas Consciente) não poderá ultrapassar o horário das 22h (vinte e duas horas), independentemente de tratar-se de dia útil, final de semana ou feriado.

**§1º** - Os estabelecimentos enquadrados nas atividades econômicas mencionadas no *caput* deverão tomar as seguintes medidas:

I - Promover o esvaziamento de suas dependências **até às 22h (vinte e duas horas)**, horário a partir do qual só poderá ocorrer o funcionamento interno, sem a presença de consumidores e com portas fechadas, autorizado serviços externos de entregas de alimentos e bebidas.

II – Afixar em seu interior cartazes informativos no sentido de que a partir do horário de **22h (vinte e duas horas)** o estabelecimento será fechado, sendo proibida a permanência de consumidores no estabelecimento a partir do referido horário.

**§2º** - O estabelecimento ou o consumidor que descumprir o disposto neste artigo estará sujeito, nos termos da Portaria Interministerial n°05, de 17 de março de 2020, às cominações de caráter penal previstas nos arts. 131, 132, 268 e 330 do Código Penal, mediante representação ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sem prejuízo da suspensão do alvará do estabelecimento.

**Art. 10-** Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de 27 de agosto de 2020.

Município de São José do Goiabal, em 20 de Agosto de 2020.

José Roberto Garíf Guimarães  
Prefeito Municipal  
CPF: 533.299.026-04  
José Roberto Garíf Guimarães / CPF: 533299026-04  
Prefeito Municipal